

A LINGUAGEM ARGUMENTATIVA COMO OBJETO DE PARTICIPAÇÃO SOCIAL E POLÍTICA À LUZ DA DIALOGICIDADE FREIRIANA NO CONTEXTO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

ARGUMENTATIVE LANGUAGE AS AN OBJECT OF SOCIAL AND POLITICAL PARTICIPATION IN VIEW OF FREIREAN DIALOGICITY IN THE CONTEXT OF VOCATIONAL EDUCATION

Sérgio Torres dos Santos¹; Edilene da Silva Ferreira²; Ricardo dos Santos Pereira²

¹Mestrando do Ifac do programa Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT)

²Docente do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre (Ifac)
E-mail: sergio.santos@ifac.edu.br; edilene.ferreira@ifac.edu.br;
ricardo.pereira@ifac.edu.br

Artigo submetido em 08/04/2023 e aceito em 07/08/2023

Resumo

O presente artigo integra a pesquisa de Mestrado no Programa de Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT) do Instituto Federal do Acre (Ifac), na linha de pesquisa Práticas Educativas em Educação Profissional e Tecnológica (EPT), tendo como macroprojeto propostas metodológicas e recursos didáticos em espaços formais e não formais de ensino na EPT e analisa, por meio de uma revisão literária, conceitos relacionados ao eixo Trabalho e Educação, Ensino Médio Integrado (EMI) e à história da Educação Profissional no Brasil, com o objetivo de se discutir as possibilidades de emancipação dos sujeitos a partir do estudo da escrita argumentativa no contexto da Educação Profissional e Tecnológica de Nível Médio (EPTNM) à luz da dialogicidade freiriana. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica, em que se percebe um modelo de educação tradicional. Como contraponto ao atual modelo educacional, enfatizamos a perspectiva dialógica de ensino proposta por Freire para uma formação omnilateral, crítica, reflexiva e emancipatória.

Palavras-chave: Texto Dissertativo-Argumentativo; Pedagogia Freiriana; Ensino Médio Integrado; Educação Profissional e Tecnológica.

Abstract

This paper is part of a Master's research within the Master of Professional Studies Program in Vocational Education (ProfEPT) of the Federal Institute of Acre, under the research line Educational Practices in Vocational Education (EPT), in which it considers methodological proposals and didactic resources in formal and non-formal teaching spaces in EPT as a macro project. Through a literary review, it

analyzes concepts related to the axis Work and Education, Technical Secondary Education, and the history of Vocational Education in Brazil to discuss the possibilities of emancipation of subjects based on the study of argumentative writing in the context of Vocational Education at Secondary Level in view of Freirean dialogicity. This study consists of bibliographical research, in which a traditional education model is perceived. In contrast to the current educational model, we emphasize the dialogic teaching perspective proposed by Paulo Freire towards a comprehensive, critical, reflective, and emancipatory formation.

Keywords: Argumentative essay; Freirean pedagogy; Technical Secondary Education; Vocational Education

1 INTRODUÇÃO

Ensinar produção escrita de textos dissertativo-argumentativos no contexto do Ensino Médio Integrado (EMI), considerando a História do componente curricular Língua Portuguesa no Brasil, mostra-se uma ação desafiadora, sobretudo quando se tem a compreensão de que nem sempre o texto escrito foi pensado dessa maneira, como veremos a seguir.

De acordo com Soares (2004), somente a partir do século XIX, a disciplina Língua Portuguesa passa a ser incluída no currículo escolar brasileiro e, por conseguinte, concebida como objeto de ensino. Antes, sobretudo no período colonial, nas palavras da autora, existiam o português, o latim e o tupi. O primeiro servia como instrumento para a alfabetização, ao passo que o segundo era usado para o estudo da gramática latina e da retórica e o último constituía-se na língua geral dos nativos, isto é, da grande maioria da população formada por indígenas.

Esse paradigma sofre uma alteração significativa a partir da segunda metade do século XVIII com as chamadas Reformas Pombalinas, as quais tornaram obrigatório o uso da língua portuguesa no Brasil e proibindo o uso de outras línguas. Todavia, isso não significou uma concepção do português como objeto de ensino, já que os estudos de gramática latina e retórica perduraram até o século XIX. Na concepção de Soares (2004), até esse período, não havia no Brasil uma preocupação com o chamado “escrever bem”, pois o foco concentrava-se no “falar bem”, cuja inspiração vinha sobretudo da retórica a exemplo de Aristóteles.

Contudo, a partir dos anos de 1950, em razão de uma significativa mudança social e na visão de escola como espaço para a aprendizagem da educação formal, os estudos do português, antes concentrados na oratória, passaram a ter espaço também na modalidade escrita, porquanto era, naquele momento, uma exigência da própria sociedade.

Nesse âmbito, Guedes (2009), considerando justamente o recorte histórico, denomina de composição os textos escritos na escola, cujo embasamento é a gramática tradicional. Nessa concepção, interessa mais a correção do processo de raciocinar do que a finalidade com que o raciocínio é enunciado. Resumidamente significa a escrita por meio de uma visão estática e elitista, na qual a linguagem é concebida como a expressão do pensamento dentro do princípio da lógica formal.

A partir do final dos anos de 1950, e sobretudo nos anos de 1970, consoante Guedes (2009), em razão do modelo econômico da época, o termo “composição” dá lugar à expressão “redação escolar”, que, na visão do autor, expressa a linguagem a serviço da eficiência tecnocrática, isto é, um modelo educacional voltado para a eficiência e para a competitividade do mercado, em que a linguagem é um meio de comunicação a serviço dos interesses do capital.

Nessa linha, a revogada Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei 5.692/71) transformou o ensino de Língua Portuguesa em “Comunicação e Expressão” para estudantes de 1ª a 4ª série, “Comunicação e Expressão em Língua Portuguesa” para alunos de 5ª a 8ª série e “Português e Literatura” no Ensino de 2º Grau, em uma tentativa de se organizar o currículo com vistas aos interesses de conformação tecnicista da época.

Com o processo de redemocratização do país nos anos de 1980, em razão dos inúmeros movimentos sociais contrários ao modelo de educação tecnicista, volta-se ao emprego do termo “Língua Portuguesa” para todas as séries do 1º e 2º Graus e, nesse cenário, insere-se o que Guedes (2009) chama de “produção de texto”, que significa nas palavras do autor,

a ação de escrever textos como um trabalho entre outros: cultivar a terra, pastorear cabras, consertar sapatos, dar aulas, apertar parafuso. Não se trata de compor, isto é, de juntar com brilho, nem de redigir, isto é, de organizar, mas de produzir, transformar, mudar, mediante a ação humana, o estado da natureza com vistas a um interesse humano (GUEDES, 2009, p. 89).

Para Guedes (2009), “composição” pressupõe leitores iguais ao autor, que vão aplaudir a riqueza do vocabulário ou o virtuosismo com que o pronome oblíquo é colocado; “redação escolar” pressupõe leitores que vão executar os comandos; “produção de texto” pressupõe leitores que vão dialogar com o texto produzido: concordar e aprofundar ou discordar e argumentar, tomando o texto como matéria-prima para o seu trabalho.

Assim, retomamos a ação desafiadora a que nos referimos no início deste texto, que está relacionada ao processo de ensino e aprendizagem de produção de textos no contexto do Ensino Médio Integrado (EMI) em vez da “redação escolar”, na busca pela emancipação dos sujeitos envolvidos, da integração dos diferentes níveis de saberes como trabalho, ciência, cultura e tecnologia. Nesse âmbito, o trabalho como Princípio Educativo (SAVIANI, 2007; FRIGOTTO, CIAVATTA, RAMOS, 2012) e a pesquisa como Princípio Pedagógico (DEMO, 2015; FREIRE, 2021) relacionam-se diretamente com a proposição do pensar crítico por meio de textos escritos como demonstraremos a seguir.

Atualmente, o Ensino Médio Integrado (EMI) é ofertado pelo Sistema Federal de Ensino, a exemplo dos Institutos Federais (IFs) e dos Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFETs) e o diferencial concentra-se na “integração”, ou seja, o estudante recebe a formação técnica e, ao mesmo tempo, cursa o ensino médio. Significa dizer que além de cursar as disciplinas específicas de um curso técnico, os estudantes também cursam as disciplinas obrigatórias do currículo do ensino médio tradicional, visando a uma formação para a vida e também para o mundo do trabalho.

Com a criação dos Institutos Federais, em 2008, esperava-se que as políticas educacionais no Brasil caminhassem na direção da articulação, da integração dos conhecimentos, todavia, assistimos a um retrocesso quando da apresentação final da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), em 2018, deixando à escolha do estudante se deseja ou não, em seu itinerário formativo, a educação profissional. Nesse aspecto, mesmo reconhecendo a opção do legislador na elaboração e implementação da Lei, preferimos caminhar na busca por um ensino integrado, que efetivamente se preocupe com a formação

intelectual, priorizando os aspectos científicos, culturais, tecnológicos e para o mundo do trabalho.

Nessa direção, conforme Guedes (2009) e Freire (2019, 2021), a produção escrita de textos argumentativos pode contribuir para a formação de cunho geral, uma vez que fortalece a curiosidade crítica, a construção coletiva de aprendizados. Além disso, vale destacar o fato de possibilitar a autonomia reflexiva de se pensar a sociedade e seus inúmeros problemas, apontando soluções para resolvê-los.

Destarte, a produção escrita de textos proposta por Guedes (2009), a partir de uma visão dialógica e emancipatória sugerida por Freire (1989, 2019, 2021), favorece o processo de integração e formação omnilateral dos sujeitos envolvidos no âmbito da Educação Profissional e Tecnológica de Nível Médio (EPTNM). Nessa direção, considerar Educação e Trabalho neste processo equivale a dizer que o ser humano é produtor de sua realidade, podendo compreendê-la e transformá-la mediante a ação humana (GUEDES, 2009; BRASIL, 2013).

Nesse sentido, busca-se, por meio de uma revisão da literatura, analisar e compreender conceitos como Educação Profissional e Tecnológica, Ensino Médio Integrado (EMI), o trabalho como Princípio Educativo, a pesquisa como Princípio Pedagógico e a pedagogia emancipatória de Paulo Freire, como aspectos essenciais para o ensino dialógico, crítico e reflexivo de textos dissertativo-argumentativos, a fim de se ampliar as possibilidades de debates e produções escritas no contexto da Educação Profissional e Tecnológica (EPT).

A seguir, são apresentados os procedimentos metodológicos, breve história do Ensino Médio Integrado à Educação Profissional, o trabalho como Princípio Educativo, a pesquisa como Princípio Pedagógico, a linguagem argumentativa à luz da pedagogia freiriana e, por último, as considerações finais.

2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A presente pesquisa tem caráter qualitativo, visto que o principal objetivo é investigar práticas das relações sociais, a fim de se analisar fenômenos da realidade humana, ações e atitudes dos sujeitos envolvidos. O pesquisador

objetiva explicar o porquê das coisas, apresentar aspectos da realidade que não podem ser quantificados, isto significa dizer que o pesquisador não se preocupa com a representatividade numérica, mas sim com o aprofundamento da compreensão de um grupo social (GERHARDT; SILVEIRA, 2009).

Trata-se de uma pesquisa básica, visto que seu propósito é a produção de novos conhecimentos, sem a aplicação prática e dirigida à solução de determinado problema, como acontece nas pesquisas aplicadas (MICHEL, 2015).

Quanto aos objetivos, o estudo tem caráter exploratório, uma vez que proporciona maior familiaridade com o problema investigado, no sentido de torná-lo mais evidente, como no caso de levantamento bibliográfico, proposto para esse trabalho. Seu planejamento tende a ser bastante flexível, pois consideram-se os aspectos relativos ao fato ou fenômeno estudado (GIL, 2019)

A pesquisa bibliográfica é realizada a partir do levantamento de referências teóricas já analisadas e publicadas por meios escritos e eletrônicos como livros, artigos científicos, páginas de web sites. Ela permite ao pesquisador conhecer sobre o que já se estudou sobre o assunto (GERHARDT; SILVEIRA, 2009).

3 BREVE HISTÓRIA DO ENSINO MÉDIO INTEGRADO À EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO BRASIL

Nesta seção, serão apresentados um breve histórico da Educação Profissional e Tecnológica no Brasil e do Ensino Médio Integrado à Educação Profissional e Tecnológica, as bases conceituais da educação profissional, destacando o trabalho como Princípio Educativo e a pesquisa como Princípio Pedagógico, a fim de relacionarmos esses estudos com a produção escrita de textos dissertativo-argumentativos no contexto da EPT (Educação Profissional e Tecnológica).

Nosella (2011) discorre acerca da História da educação profissional brasileira, destacando uma educação de nível médio profissionalizante “interessada” e a serviço das necessidades imediatas do mercado. O autor chama a atenção para avanços e retrocessos históricos relacionados às

legislações educativas e critica o atual conceito de “integração de cultura geral e profissional”, visto que, para o autor, “integrar” não significa justaposição de conteúdos, nem subsequência (cursos técnicos após a conclusão do ensino médio) e muito menos concomitância (cursos técnicos realizados durante o ensino médio).

A educação profissional brasileira sempre esteve a serviço de interesses políticos e econômicos (RAMOS, 2014; MOURA, 2007) e nunca foi pensada verdadeiramente como uma saída para a diminuição das desigualdades sociais. A criação do SENAI em 1942 e do SENAC em 1946, durante a era Vargas, é apenas um dos exemplos de um país preocupado com uma educação para os filhos dos dirigentes e outra voltada para os filhos dos operários, visto que, em nome da expansão econômica e industrial, o Sistema “S” atenderia as necessidades imediatas de formação de mão de obra barata (MOURA, 2007).

Somente no final de 1980, notamos avanços significativos trazidos pela Carta Política de 1988, no Capítulo III “Da Educação, Da Cultura e Do Desporto”, Seção I “Da Educação”, em seu artigo 205, ao afirmar taxativamente que a educação é um dever do Estado e da família e tem por finalidade o desenvolvimento da pessoa de forma integral, ou seja, uma formação cidadã e uma qualificação para o trabalho (BRASIL, 1988).

Não obstante, tal mandamento constitucional não se verifica na prática do atual cenário brasileiro, uma vez que documentos posteriores à Constituição de 1988, como a BNCC (Base Nacional Comum Curricular) em sua versão final, deixam a critério do estudante a decisão final no tocante a ter ou não a formação integral, ou seja, um verdadeiro retrocesso nas políticas voltadas para o ensino articulado de conhecimentos propedêuticos e técnicos.

Pelo exposto nos parágrafos anteriores, compreendemos que as lutas para a implantação e fortalecimento da Educação Profissional e Tecnológica (EPT) no Brasil foram constantes e cheias de avanços e retrocessos e, para explicitar essa reflexão, é preciso abordar o Decreto 2.208/1997, que separa o ensino propedêutico do profissionalizante, permitindo a este ser oferecido na forma concomitante ou subsequente, o que evidencia a finalidade explícita dessa dualidade (MOURA, 2007).

Após muitas mobilizações e muitos embates, finalmente um avanço com o Decreto 5154/04, que revoga o Decreto 2.208/1997, estabelecendo a possibilidade de integrar o ensino médio à educação profissional técnica de nível médio, uma conquista significativa e um passo decisivo para o fortalecimento da EPT no país. Esse documento construiu as bases para que, no ano de 2008, as Escolas Técnicas Federais e os Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFETs) fossem transformados nos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, configurando uma política de Estado e não apenas uma política de governo.

Nessa direção, cumpre superar a redução da preparação para o trabalho ao aspecto meramente operacional, como se ela estivesse dissociada de uma apropriação histórica e cultural e que não exigisse conhecimentos científico-tecnológicos. Ao contrário, busca-se a formação humana do adolescente e do adulto trabalhador, isto é, o direito a uma formação, que possibilite o aprimoramento da leitura de mundo, a fim de aperfeiçoar sua atuação como sujeito de direitos (BRASIL, 2012).

Mas ainda é preciso caminhar muito se realmente desejamos um Ensino Médio Integrado ao Ensino Técnico, ou nas palavras de (NOSELLA, 2011; RAMOS, 2014), “articulado”, e talvez este seja o grande desafio colocado à sociedade: como articular o currículo da formação geral ao currículo profissional?

Nesse sentido, a fim de se articular o currículo, entendemos que a produção escrita de textos argumentativos pode contribuir de forma significativa para essa “travessia” historicamente cheia de desafios (RAMOS, 2014), no sentido de se pensar uma educação histórico-crítica quando se oportuniza aos estudantes refletir e argumentar acerca de seus problemas e suas inquietudes. Integrar, na nossa concepção, é oferecer as ferramentas necessárias para que a aprendizagem escolar aconteça em todas as direções e para além do mercado de trabalho.

O Ensino Médio Integrado ao Técnico, como o próprio nome indica, deve integrar teoria e prática, trabalho intelectual e profissional, deve mostrar aos estudantes o valor de uma aprendizagem em muitas direções, isto é, uma formação humanística e omnilateral e os eixos norteadores trabalho como Princípio Educativo e a pesquisa como Princípio Pedagógico contribuirão para

essa transição do reino da necessidade ao da liberdade, a fim de que o estudante se veja como protagonista e não coadjuvante de sua própria história educacional e profissional.

3.1 O TRABALHO COMO PRINCÍPIO EDUCATIVO

O trabalho com a produção de textos argumentativos, no contexto da Educação Profissional e Tecnológica (EPT), a partir do eixo estruturante Trabalho e Educação, vai muito além de uma prática meramente linguística. Mesmo que se considerem sinônimas as expressões “composição”, “redação” e “produção de textos”, já que significam a ação de escrever textos, tais concepções revelam “a ação de escrever textos”, “a ação de ensinar a escrever textos” e “a ação de exercitar a linguagem”, mas também nossa própria organização social (GUEDES, 2009, p. 88).

Nesse aspecto, uma das finalidades da formação integral é potencializar um ensino para além de formação técnica e, nesse aspecto, destacamos a organização social, os valores culturais, necessários para a formação identitária e construção da cidadania. Dito de outra forma, exercitar a linguagem é propor o diálogo consciente, crítico e a intervenção no mundo.

Considerando essas questões, faremos a seguir algumas reflexões conceituais e históricas sobre o trabalho como Princípio Educativo e sua relação com o Ensino Médio Integrado (EMI), no sentido de delinear os pontos positivos de uma intervenção pedagógica, por meio de produções escritas de textos argumentativos, na construção de uma formação efetivamente omnilateral de educação.

O trabalho, sobre o viés ontológico, diz respeito à capacidade inerente ao homem de transformar a natureza e produzir conhecimentos no sentido de suprir suas necessidades, de conhecer a si mesmo e de avançar nas relações sociais, relações essas que passam a se modificar a partir da concepção do trabalho como uma necessidade humana e coletiva. Por essa razão, diferentemente dos animais, o ser humano adapta a natureza, modifica-a e, dessa maneira, produz conhecimento, trata-se, portanto, de uma ação reflexiva e, nessa acepção, o trabalho como Princípio Educativo,

Revista Conexão na Amazônia v. 4, n. 1, Ano, 2023

[...] é a base para a organização e desenvolvimento curricular em seus objetivos, conteúdos e métodos. Considerar o trabalho como princípio educativo equivale a dizer que o ser humano é produtor de sua realidade e, por isto, dela se apropria e pode transformá-la. Equivale a dizer, ainda, que é sujeito de sua história e de sua realidade. Em síntese, o trabalho é a primeira mediação entre o homem e a realidade material e social. O trabalho também se constitui como prática econômica porque garante a existência, produzindo riquezas e satisfazendo necessidades (BRASIL, 2013, p. 219).

Nas sociedades primitivas, os homens apropriavam-se coletivamente dos meios de produção, não havia divisão de classes e tudo que era produzido pertencia a todos. Eles trabalhavam e educavam-se conjuntamente, configurando os fundamentos histórico-ontológicos do trabalho enquanto princípio educativo: histórico, visto que diz respeito a um processo de produção ao longo do tempo e realizado pelos homens; ontológico porque o resultado dessa ação é o próprio ser do homem (SAVIANI, 2007).

Dialogando com essa visão e ratificando o pensamento de Saviani, pode-se afirmar que a compreensão do trabalho, em seu duplo sentido, possibilita a construção de um projeto de formação educacional à luz de uma concepção histórico-reflexiva, em que a concepção de trabalho deve fazer parte das finalidades do currículo escolar, pois

na base da construção de um projeto de formação está a compreensão do trabalho no seu duplo sentido – ontológico e histórico. Pelo primeiro sentido, o trabalho é princípio educativo à medida que proporciona a compreensão do processo histórico de produção científica e tecnológica, como conhecimentos desenvolvidos e apropriados socialmente para a transformação das condições naturais da vida e a ampliação das capacidades, das potencialidades e dos sentidos humanos. O trabalho, no sentido ontológico, é princípio e organiza a base unitária do Ensino Médio. Pelo segundo sentido, o trabalho é princípio educativo na medida em que coloca exigências específicas para o processo educacional, visando à participação direta dos membros da sociedade no trabalho socialmente produtivo (BRASIL, 2013, p. 219).

Ao dizer que o trabalho é o princípio e organiza a base unitária do Ensino Médio, a legislação brasileira aponta o caminho trilhado pela Educação Profissional no Brasil, sobretudo, no âmbito dos cursos de Ensino Médio integrado (EMI), cuja missão é justamente o fortalecimento intelectual acerca do trabalho socialmente produtivo.

Todavia, as atividades intelectuais, ao longo da história educacional brasileira, e principalmente no que concerne à educação profissional, estiveram bem distantes da classe trabalhadora durante muitos anos e isso se explica pela própria construção histórica a partir do momento em que os meios de produção passaram a ser de propriedade privada e não coletiva. Na verdade, historicamente, não havia uma preocupação em formar trabalhadores intelectuais, visto que essa formação não atendia aos interesses das diferentes classes dominantes, ou seja,

na história da educação brasileira, a Educação Profissional foi pensada para treinar uma parcela da população para o desempenho de atividades manuais consideradas de nível intelectual inferior, para atender as demandas da indústria ou para contemplar os grupos sociais desfavorecidos economicamente (CHISTE, 2016, p. 790).

Esse preparo para o desempenho de atividades manuais ratifica a concepção dualista de ensino que dominou o cenário brasileiro durante muitos anos, na qual os filhos de pessoas com maior poder aquisitivo tinham a sua disposição uma educação que lhes proporcionasse acesso às universidades, ao passo que os filhos dos trabalhadores eram treinados para atender as necessidades de reposição de mão de obra barata.

A partir dos anos 2000, com o fortalecimento da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica e, sobretudo, a criação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia no ano de 2008, esse modelo de educação fragmentada começa a perder espaço para as possibilidades de integração, como afirmam Frigotto, Ciavatta e Ramos (2012), no sentido de que a concepção de trabalho não se restrinja às práticas fabris e ganhem a dimensão intelectual, a fim de que os trabalhadores se vejam também como dirigentes.

Frigotto, Ciavatta e Ramos (2012) esclarecem que o trabalho como Princípio Educativo no Ensino Médio Integrado (EMI) visa à formação de estudantes capazes de refletir acerca dos processos produtivos, com autonomia, criticidade e capacidade intelectual, isso significa dizer uma compreensão das relações de trabalho como inerentes ao próprio ser. Os autores esclarecem ainda que o trabalho deve ser concebido como práxis que possibilita a criação e

recriação não apenas em seu aspecto econômico, mas também nos campos da arte, da cultura, da linguagem e símbolos.

Além disso, o trabalho como Princípio Educativo deriva do fato de que todos os seres humanos são seres da natureza e, por conseguinte, têm as mesmas necessidades, evitando-se, assim, a formação de indivíduos ou grupos, que vivam da exploração do trabalho de outros. Soma-se a isso, o fato de o trabalho como Princípio Educativo ser, na verdade, um princípio ético-político, isto é, uma transposição da ideia de trabalho apenas mecânico, fabril para a concepção de trabalho também cultural, social e intelectual.

Como já dissemos, os eixos estruturantes Trabalho e Educação devem ser pensados no âmbito da Educação Profissional Técnica de Nível Médio (EPTNM) como mecanismos essenciais para a travessia de uma educação fragmentada para um novo momento de ensino articulado, significativo, humano e emancipador, proporcionado pelo uso de práticas educacionais tendo a pesquisa como fonte de inspiração, conforme veremos a seguir.

3.2 A PESQUISA COMO PRINCÍPIO PEDAGÓGICO

Assim como o trabalho enquanto Princípio Educativo, delineado anteriormente, a pesquisa como Princípio Pedagógico relaciona-se ao eixo estruturante Trabalho e Educação e deve ocupar mais espaço nas reflexões e nas ações dos professores e da escola de forma geral, visto que, conforme estudos de Nosella (2011), Demo (2015), Freire (2019, 2021) e documentos oficiais contribui para a superação da aprendizagem conteudista ainda presente em muitas escolas brasileiras.

Nesse sentido, o Parecer CNE/CEB, nº 5/2011 (Diretrizes Curriculares Nacionais do Ensino Médio) esclarece que a escola deve possibilitar ao estudante acesso à cultura, à ciência, à tecnologia e ao trabalho, isto é, a uma educação omnilateral e, conforme o artigo 5º dessa Lei, trabalho e pesquisa devem ser pensados como princípios educativos e pedagógicos, ou seja, é preciso que a escola oportunize aos estudantes o crescimento crítico-reflexivo e isso depende de como a escola compreende a importância da pesquisa na educação básica (BRASIL, 2011).

De acordo com Demo (2015), educar pela pesquisa tem como condição essencial que tanto professores quanto estudantes manejem a pesquisa como princípio científico e educativo, a partir de uma prática comum da sala de aula. Não se trata de formar “um profissional da pesquisa”, uma vez que a reflexão diz respeito à educação básica e, por essa razão, o que se pretende é desconstruir a imagem do professor detentor único dos saberes, mas um facilitador de descobertas coletivas, cujo protagonismo também seja dos estudantes.

Na busca por saberes coletivos, acreditamos que os ensinamentos freirianos tornam-se extremamente necessários nesse sentido e sua célebre afirmação “não há ensino sem pesquisa e pesquisa sem ensino” aponta o caminho que precisamos seguir em direção àquilo que consideramos uma aprendizagem crítico-reflexiva, que Freire chamava de travessia da curiosidade ingênua para a curiosidade epistemológica, ou seja, a pesquisa como ponto de partida na formação de alunos autônomos, curiosos e não submissos (FREIRE, 2021).

O que temos assistido, nos últimos anos, é uma produção aligeirada do conhecimento, fruto da modernização tecnológica e da enxurrada de informações que chega a nossos estudantes e que impõe à escola novos desafios tais como refletir sobre suas práticas e ressignificar o papel de professores e alunos e buscar novas metodologias de aprendizagem (BRASIL, 2011).

Em primeiro lugar, deve-se considerar que informação não é sinônimo de conhecimento e o desafio que se impõe é a sistematização crítico-reflexiva dessas informações e, nesse sentido, uma mudança do professor que transmite conteúdo para um profissional mediador é fundamental, possibilitando o trabalho em equipe e a realização de pesquisas (BRASIL, 2011).

A pesquisa como Princípio Pedagógico se faz necessária na realidade dos estudantes do ensino médio integrado ao ensino técnico, visto que, a cada ano, o modelo tradicional perde o status de centro do conhecimento em razão da instrumentalização tecnológica, isto é, mecanismos mais rápidos e diversificados de formas de aprendizagem, que exigem práticas diferenciadas de ensino, uma ressignificação do trabalho docente e,

nesse sentido, a relevância não está no fornecimento pelo docente de informações, as quais, na atualidade, são encontradas, no mais das vezes e de forma ampla e diversificada, fora das aulas e, mesmo, da escola. O relevante é o desenvolvimento da capacidade de pesquisa, para que os estudantes busquem e (re)construam conhecimentos. A pesquisa escolar, motivada e orientada pelos professores, implica na identificação de uma dúvida ou problema, na seleção de informações de fontes confiáveis, na interpretação e elaboração dessas informações e na organização e relato sobre o conhecimento adquirido (BRASIL, 2013, p. 218).

Verifica-se, assim, o quanto precisamos caminhar no sentido não apenas de atender as exigências legais relativas às mudanças na forma de o professor e a escola atuarem nesse novo cenário repleto de informações e que, muitas vezes, não são sistematizadas como deveriam ser e transformadas no espaço escolar em aprendizados significativos, críticos e socialmente relevantes. Para esse fim, a pesquisa como Princípio Pedagógico instrumentaliza o trabalho colaborativo, a troca de experiências, a argumentatividade e, sobretudo, questionamentos e tomadas de posição acerca do que se estuda e por qual razão se estuda algo.

Nosella (2011), ao refletir sobre o ensino médio e sua relação com a pesquisa enquanto prática pedagógica, destaca as contribuições marxistas a partir de uma educação politécnica e tecnológica como formas pedagógicas de integração entre trabalho produtivo e escolar. A busca por uma formação integral deve ser entendida como uma tarefa lenta e gradual, considerando as mudanças cognitivistas, corporais e estruturais pelas quais passam os jovens na transição da infância para a adolescência.

Neste aspecto, é importante afirmar que tal mudança exige uma nova postura relacionada ao currículo escolar, a compreensão das fases corporais e intelectuais e as finalidades claras e transparentes acerca dos objetivos pretendidos ao longo da Educação Básica de Nível Médio, a partir de eixos norteadores como o trabalho como Princípio Educativo e a pesquisa como Princípio Pedagógico, que devem estar presentes, de modo especial, na Educação Profissional Técnica de Nível Médio (BRASIL, 2013).

Morais (2021), ao discorrer acerca da importância da pesquisa como instrumento de emancipação social e política, esclarece que, nos dias de hoje, o estudante não se vê e não se sente mais como um depósito de informações reproduzidas quase sempre pelos professores, ao contrário, constrói e reconstrói

sua própria forma de ver o mundo, é um sujeito que tem a necessidade de expor seu conhecimento, suas inquietações e descobertas, de opinar sobre o que se passa em sua sociedade e no mundo.

E, nesse sentido, o ensino médio integrado ao ensino técnico, como já destacado, é um espaço privilegiado para o trabalho com a pesquisa em todas as áreas do conhecimento; se desejamos verdadeiramente uma articulação entre ensino propedêutico e ensino técnico, é preciso refletirmos sobre as mudanças que se fazem necessárias em nossas práticas pedagógicas e de que maneira reagiremos a esse novo cenário educacional.

Andrade (2021) afirma que a educação omnilateral sustenta uma formação humanizadora, que só é possível por meio dos eixos Trabalho e Educação, isto é, na valorização do poder reflexivo relacionado aos meios e processos de produção, como também no Princípio Pedagógico na reestruturação das práticas docentes, que possibilitem o pensamento crítico por meio da argumentação libertadora, conforme veremos a seguir.

4 A LINGUAGEM ARGUMENTATIVA COMO OBJETO DE PARTICIPAÇÃO SOCIAL E POLÍTICA À LUZ DA DIALOGICIDADE FREIRIANA NO CONTEXTO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL

Nesta seção, destacaremos a produção escrita de textos argumentativos no contexto do Ensino Médio Integrado (EMI) e sua interface com a dialogicidade freiriana, tendo em vista que a proposta de ensino que vimos destacando neste artigo diz respeito a um ensino que propõe uma formação omnilateral.

Para isso, demonstramos como os estudos freirianos se relacionam com a aprendizagem significativa da produção escrita de textos dissertativos-argumentativos, na tentativa de se fomentar a autonomia crítica e a dialogicidade reflexiva nos estudantes do Ensino Médio Integrado à Educação Profissional e Tecnológica.

Segundo Freire (1987), não é no silêncio que os homens se fazem, mas na palavra, no trabalho, na reflexão-ação. Diante do pressuposto estabelecido pelo autor, é possível salientar que não é no silêncio que se faz uma educação

para a liberdade, mas no diálogo, no fazer ouvir, na inquietação em torno dos conteúdos da educação, no questionamento.

Silva (2021) destaca que a pedagogia freiriana baseia-se na palavra e tem embasamento na visão ética e humanista da realidade do ser humano e de sua autonomia, ou seja, na perspectiva de entender a existência humana a partir de sua historicidade e, nesse sentido, compreende-se a interseção entre a produção de textos argumentativos e os diálogos propostos por Freire como aspectos contra hegemônicos à educação tradicional historicamente presente na realidade de nossas escolas.

Quando refletimos sobre a escrita, ideia semelhante deve se fazer presente, visto que, no passado, acreditava-se que a escrita se baseava tão somente no domínio de regras gramaticais e de se ter um bom vocabulário, isto é, bastava que o escritor conhecesse regras como concordância, pontuação, ortografia, regência e as empregasse de forma exitosa no papel.

Tratava-se, portanto, de um sistema de linguagem pronto, acabado, no qual o texto era visto como produto de uma codificação realizada pelo conhecimento do código utilizado (KOCH; ELIAS, 2020). Contudo, é preponderante que a escrita também promova o mesmo diálogo, do eu com os outros, com o mundo de modo que possibilite a emancipação e a libertação.

Nessa direção, ainda de acordo com as autoras, a escrita era entendida como uma atividade por meio da qual aquele que escreve expressa seu pensamento, suas intenções sem levar em conta as experiências e os conhecimentos do leitor ou a interação que envolve esse processo. Por outro lado, existem aqueles que concebem a escrita como um instrumento de interação social, de um momento privilegiado de troca de experiências e da proposição do diálogo.

Considerando a escrita como instrumento de dialogicidade, cabe um questionamento: é possível contribuir com uma formação integrada por meio do ensino da produção escrita de textos dissertativo-argumentativos e ajudar os estudantes do ensino médio integrado ao ensino técnico na busca pela autonomia crítica, reflexiva e política? E de que maneira os ensinamentos de Paulo Freire ajudam nesse processo?

Freire (2021) afirma que ensinar exige a convicção de que mudar é possível e tal mudança se materializa quando acreditamos que nossa realidade não é estática ou fruto de um determinismo, que nos foi imposto e que devemos aceitar de forma passiva. Analogamente, o trabalho com a escrita argumentativa possibilita uma ação contra hegemônica à atual proposta de ensino fragmentado, cujos saberes devem ser selecionados e ensinados conforme a classe social: aos filhos dos operários, uma educação profissionalizante, com vistas a atender aos interesses do mercado capitalista; aos filhos da classe burguesa, conhecimentos propedêuticos, a fim de que estes consolidem o modelo de dominação capitalista por meio da educação.

Ortiz e Elias (2021), ao analisarem a interseção entre a pedagogia freiriana e os estudos de língua portuguesa, esclarecem que esses devem contribuir para a diminuição da distância entre as práticas sociais de leitura e escrita e as práticas escolares de leitura e escrita, subvertendo essa relação. Dito de outra forma, significa compreender a relevância das práticas sociais de leitura como não apenas as que dizem respeito aos conteúdos escolares, mas a leitura de mundo.

Acrescentam ainda que, ao sujeito aprendiz, devem ser proporcionadas as condições para que ele se reconheça na situação comunicativa em que está inserido, sendo capaz de mobilizar conhecimentos e analisar criticamente os diferentes contextos e intervir por meio da linguagem.

Pensar em mudanças para se chegar à “travessia” na direção de um ensino integrado, é, antes de tudo, compreender a aquisição do conhecimento como um movimento dialético, reflexivo, no qual o estudante compreende que seu papel no mundo não é só o de quem constata o que ocorre, mas também o de quem intervém como sujeito de ocorrências, um ser que se percebe não como objeto da história, mas um sujeito dela, capaz de contribuir com suas experiências e vivências (FREIRE, 2021).

Decerto, o novo momento tecnológico exige mudanças rápidas e concretas na acepção de que o aluno já traz de casa muitas informações e a grande questão é como a escola deve transformá-las em conhecimentos significativos, capazes de contribuir na formação omnilateral desse estudante. A escola, nesse novo cenário, deve repensar suas práticas de ensino e preparar-

se para as mudanças, que se fazem necessárias, no sentido de não perder o espaço de detentora do conhecimento formal e, por conseguinte, seu protagonismo social e político.

Nesse sentido, o trabalho com textos dissertativo-argumentativos é importante, sobretudo, quando pensado e planejado tendo o estudante como protagonista do processo de ensino-aprendizagem, isto é, com metodologias de aprendizagem, que valorizem o protagonismo e a autonomia. Se queremos realmente um estudante reflexivo e crítico, que se perceba com direitos plenos para o exercício de sua cidadania, é preciso dar-lhe as condições de se preparar para este mundo de embates e debates, não na perspectiva de quem está certo ou errado, mas no direito de opinar, de expressar a insatisfação, de concordar ou discordar de assuntos relacionados à vida em sociedade, de fazer-se entender e de mobilizar adesões.

É por meio de nossas opiniões, sejam elas orais ou escritas, que atuamos de forma colaborativa com o crescimento e fortalecimento de ações em diferentes campos como saúde, educação, habitação, meio ambiente e tantos outros. Todavia, não se trata de opiniões desconectadas do mundo do estudante ou de conteúdos vazios, oriundos de um modelo tradicional de educação, como leciona Freire ao afirmar que

a tarefa hoje do educador é encher os educandos dos conteúdos de sua narração. Conteúdos que são retalhos da realidade desconectados da totalidade em que se engendram e em cuja visão ganhariam significação. A palavra se esvazia da dimensão concreta ou se transforma em palavra oca, em verbosidade alienada e alienante (FREIRE, 2019, p. 79).

Busca-se, por meio da produção escrita de textos dissertativo-argumentativos, um ensino que se contraponha à verbosidade alienada e alienante e à utilização de palavras ocas que em nada contribuem no processo de amadurecimento intelectual do estudante. Nesse âmbito, a produção de textos deve fomentar o debate reflexivo, a autonomia dos discursos, assim como a escrita consciente, resultado de uma contextualização dos diferentes cenários.

Silva (2021), com embasamento na pedagogia freiriana, afirma que com a palavra o homem alcança sua vocação ontológica de tornar-se homem, assume conscientemente sua essência humana e revela o mundo que os homens construíram, visto que é através do diálogo que os seres humanos

podem construir uma sociedade mais consciente e cultivar a esperança em um futuro humanizador, ratificando a importância da linguagem argumentativa como instrumento de emancipação, construção e reconstrução de realidades, nas quais os sujeitos se vejam como protagonistas.

Demo (1997) corrobora as reflexões supramencionadas ao dizer que o estudante não aprende ao ouvir o professor em sala de aula, aprende com a pesquisa, com as indagações, com a curiosidade reflexiva, ou nas palavras do autor, por meio de um questionamento reconstrutivo, pautado na qualidade formal e na qualidade política, sendo esta última alicerçada em uma boa argumentação, seja ela oral ou escrita, visto que o que faz a ciência é o argumento. Isso significa que, por meio da escrita argumentativa, é possível estabelecer de forma concreta e eficiente o dialogismo e o debate reflexivo proposto por Freire (2021), como também proporcionar a participação política e social.

Nessa direção, ratificamos a importância do diálogo proposto por Freire como instrumento de problematização da realidade, da leitura e ressignificação da palavra autonomia e da liberdade de construirmos nossas identidades sem amarras ou modelos, que nos impedem de pensar e agir sobre os problemas.

A produção escrita de textos argumentativos, no contexto da EPT, proporciona a problematização do mundo, a luta por direitos e, sobretudo, uma visão de educação pautada na troca de experiências entre quem ensina e quem aprende, uma vez que

é objetivo do ensino de língua propiciar a compreensão de situações reais que nos desumanizam, que ferem a nossa dignidade e os nossos direitos, visto que a transformação dessas situações - através da *práxis* - é possível por meio de uma educação que problematize o mundo e que, intencionalmente, revele caminhos e incentive práticas que favoreçam a tomada da consciência de si, do mundo, da realidade em que vivem (ORTIZ; ELIAS, 2021, p. 334).

Conforme as autoras citadas, é objetivo do ensino da língua proporcionar a compreensão de situações reais relacionadas aos nossos direitos mais elementares como saúde, educação, moradia, liberdade de expressão e tantos outros que, em sua grande maioria, são ignorados pela educação tradicional, fragmentada e bancária, incapaz de compreender que o estudante não vive isolado de sua própria realidade.

Nessa direção, é possível relacionarmos a produção escrita de textos argumentativos com o eixo estruturante Trabalho e Educação, já que a busca por respostas a problemas sociais se relaciona com o processo de transformação da realidade, conforme nos propõe Freire, ao afirmar que o educando deve ser o protagonista de sua própria aprendizagem, construindo caminhos consistentes por meio do diálogo na busca de sua emancipação social e política.

5 CONCLUSÃO

Neste trabalho, por meio de uma revisão bibliográfica, refletimos sobre a importância da produção escrita de textos dissertativo-argumentativos no ensino médio integrado ao ensino técnico, a partir dos eixos estruturantes Trabalho e Educação, inspirado no dialogismo proposto por Paulo Freire, na busca por ações contra hegemônicas ao dualismo educação profissional versus educação propedêutica.

Inicialmente, fizemos uma breve contextualização histórica dos marcos legais relativos ao ensino médio integrado ao ensino técnico e de que maneira foram sendo construídas as bases legais dessa modalidade educacional, a fim de compreendermos os grandes desafios que ainda se fazem presentes nos dias de hoje quando se pensa na integração, na articulação entre educação básica e profissional.

Em seguida, analisamos conceitos relativos ao trabalho como Princípio Educativo, a pesquisa como Princípio Pedagógico e a relação desses eixos estruturantes da Educação Profissional Técnica de Nível Médio (EPTNM) com a produção escrita de textos argumentativos como prática de ensino que possibilite uma visão de educação emancipadora, participativa e dialógica, dando ao estudante a oportunidade de “se descobrir” dentro do processo de construção do conhecimento como agente protagonista na construção e reconstrução reflexiva dos diferentes tipos de saberes.

Nesse sentido, apoiamo-nos na concepção freiriana de que a educação bancária não tem mais espaço em uma sociedade cada vez mais tecnológica em que o professor deve repensar suas metodologias de ensino e compreender que

o verdadeiro aprendizado se faz no coletivo, na dialogicidade, na troca de experiências e, sobretudo, no protagonismo daquele que, ao ouvir, também ensina e aquele que, ao ensinar, também aprende ouvindo.

Por último, analisamos a linguagem argumentativa como instrumento de participação social e política e, sobretudo, de que maneira os estudos freirianos corroboram para a emancipação dos sujeitos, possibilitando a compreensão da realidade concreta e também a intervenção nos mais diversos problemas.

O estudo aqui realizado aponta-nos caminhos alvissareiros quando pensamos em uma educação verdadeiramente humana e em várias direções, que contemple os aspectos culturais, tecnológicos, científicos e humanos, isto é, uma formação, por meio da leitura e produção escrita de textos argumentativos, transformadora e emancipadora na busca por sujeitos que se sintam protagonistas de suas descobertas e conquistas.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Elisângela Ladeira de Moura. **Produção textual no Ensino Médio Integrado: em busca de uma prática pedagógica emancipadora.**

Orientadora: Léia Adriana da Silva Santiago. 2021. 116f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica (PROFEPT), Instituto Federal Goiano, Campus Mourinho, 2021. Disponível em:

https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=11241655. Acesso em: 15 jul. 2021.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição de República Federativa do Brasil de 1988.** Brasília, DF, Congresso Nacional, 1988. Disponível em:

www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituição/Constituição.htm. Acesso em: 20 mai. 2021.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional (LDBN). Diário Oficial da União, Brasília, DF, Presidência da República, 1996. Disponível em:

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 20 maio de 2021.

BRASIL. Parecer CNE/CEB nº 5/2011. **Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio**, 2011. Disponível:

http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=8016-pceb005-11&Itemid=30192. Acesso em 24 de maio de 2021.

BRASIL. Parecer CNE/CEB, nº 11/2012. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional de Nível Médio**, 2012. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=10804-pceb011-12-pdf&category_slug=maio-2012-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 21 de fevereiro de 2021.

BRASIL. **Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica**. Brasília: MEC/SEB/DICEI, 2013. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/julho-2013-pdf/13677-diretrizes-educacao-basica-2013-pdf/file>. Acesso em: 21 de julho de 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão. Conselho Nacional da Educação. **Base Nacional Comum Curricular: educação é a base**, 2018. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf. Acesso em: 20 mai. 2021.

DEMO, Pedro. **Pesquisa: princípio científico e educativo**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 1997.

DEMO, Pedro. **Educar pela pesquisa**. 10. ed. Campinas, São Paulo: Autores Associados, 2015.

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002.

FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler em três artigos que se completam**. 23. ed. São Paulo: Cortez, 1989.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 67. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2019.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 67. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2021.

FRIGOTTO, Gauguêncio; CIAVATTA, Maria; RAMOS, Marise (Orgs). **Ensino médio integrado: concepções e contradições**. 3ª ed. São Paulo: Cortez, 2012.

GERHARDT, Tatiana Enge; SILVEIRA, Denise Tolfo (org.). **Métodos de Pesquisa**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2019.

GIUSTA, Agneta da Silva. Concepções de aprendizagem e práticas pedagógicas. *Educação em Revista*, v. 29, n. 1, p. 20-36, 2013.

GUEDES, Paulo Coimbra. **Da redação à produção textual: o ensino da escrita**. São Paulo: Parábola Editorial, 2009.

KOCH, Ingedore Vilaça; ELIAS, Vanda Maria. **Escrever e argumentar**. São Paulo: Contexto, 2020.

LIBÂNEO, José Carlos. **Didática**. 29. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

MICHEL, Maria Helena. **Metodologia e pesquisa científica em ciências sociais**: um guia prático para acompanhamento da disciplina e elaboração de trabalhos monográficos. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2015.

MORAIS, Altino Farias de. **Pesquisa como princípio pedagógico no ensino médio integrado: orientações à gestão de ensino do Instituto Federal do Acre, Campus Rio Branco**. Orientador: Mário Sérgio Pedroza Lobão, 2021. 94f. Dissertação (Mestrado) – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre, IFAC, Campus Rio Branco, Profept/IFAC, Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica, 2021. Disponível em: <https://repositorio.ifac.edu.br/jspui/handle/123456789/28>. Acesso em: 20 mar. 2023.

MOREIRA, M. A. **Teorias de aprendizagem**. São Paulo: E.P.U. Ltda. 2. ed. São Paulo, 2011.

MOURA, Dante Henrique. Educação básica e educação profissional e tecnológica: dualidade histórica e perspectivas de integração. **Holos**, v. 2, p. 4-30, 2007. Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=481549273001>. Acesso em: 23 maio 2021.

NETO, Antonio Jesus Souza Melo. **A produção textual em linhas de argumentação como prática integradora no ensino médio integrado**. Orientadora: Edilene Rocha Guimarães. 2019. 162 f. Dissertação (Mestrado) – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco, IFPE, Campus Olinda, Profept/IFPE, Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica, 2019. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=7853270. Acesso em: 19 de jul. 2021.

NOSELLA, Paolo. Ensino médio: em busca do princípio pedagógico. **Educação & Sociedade**, v. 32, n. 117, p. 1051-1066, 2011.

ORTIZ, Júlia Mergen; ELIAS, Vanda Maria da Silva. Paulo Freire e o Ensino de Língua Portuguesa em perspectiva. **Olhares: Revista do Departamento de Educação da Unifesp**, v. 9, n. 3, 2021.

RAMOS, Nogueira Marise. **História e Política da Educação Profissional**. Curitiba: Instituto Federal do Paraná, 2014.

SAVIANI, Demerval. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. 3 ed. Campinas: Autores Associados, 2011.

Revista Conexão na Amazônia v. 4, n. 1, Ano, 2023

SILVA, Maria Lionilde Araújo da. **Que a política esteja com você: o ensino de filosofia a partir da saga *Star Wars* em cursos do ensino médio integrado ao técnico do Instituto Federal do Acre.** Orientadora: Josina Maria Pontes, 2021. 281 f. Dissertação (Mestrado) – Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica – PROFEPT - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre, IFAC, Campus Rio Branco, 2021.

SOARES, Magda Becker. Português na escola: história de uma disciplina curricular. *In*: BAGNO, Marcos (Org.). **Linguística da Norma.** 2. ed. São Paulo: Loyola, 2004. p. 155-177.